Diário da Serra
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabíola Tormes (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM: 1 MIL EXEMPLARES
CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:
(65) 3326-4724
/jornalds

16 DIAS DE ATIVISMO: UNEMAT MOBILIZA ESTUDANTES NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O período de 25 de novembro a 10 de dezembro marca a campanha global dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, conectando o enfrentamento da violência de gênero à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Neste contexto, a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) realizou a abordagem do tema nos cursos de Enfermagem, Jornalismo e Biologia, nas disciplinas de Sociologia e Antropologia. "Cada turma estudou o tema, buscando entender as raízes culturais e estruturais, que ajudam a compreender o tema como parte do processo de socialização que constitui relações de desigualdades entre gêneros que podem repercutir nas violências", informa a professora e socióloga Marinês Rosa, ao relatar que foram estudadas as leis do feminicídio e Maria da Penha. "Importantes conquistas, uma vez que elas estabelecem a proteção e a responsabilização pelo fato".



FOTO: DIVULGAÇÃO

Mas para além disso, de acordo com a professora, outras vertentes foram abordadas. "Para além das leis, é preciso um processo que leve a constituição de relações pautadas na igualdade e no respeito mútuo, porque foi constatado que sociedades menos desiguais tendem a ser sociedades menos violentas", pontua.

Com o tema 'O silêncio protege o agressor e a informação fortalece a vítima' os estudantes enfatizaram o silenciamento, ainda presente sobre o tema.

Dentre as ações houve atividades nas salas de aula da Unemat com conscientização sobre o tema, confecção de marca página, botons e cartazes, além de blitz educativa.

CURTAS//

OS DE FORA

O Grupo Os de Fora está com inscrições abertas para quem deseja integrar o elenco na temporada 2027. O período de cadastro começou nesta quarta-feira, 25, e segue até o dia 4 de dezembro. A oportunidade é voltada a pessoas que gostam da cultura junina, dança e apresentações artísticas e que desejam fazer parte das atividades desenvolvidas pelo grupo.

TEMPORADA 2027

A proposta é reunir novos integrantes para vivenciar os ensaios, a preparação dos figurinos e as apresentações no palco, valorizando a tradição e a expressão cultural das festas juninas. Os interessados devem preencher o formulário de inscrição disponibilizado pelo grupo na internet. O cadastro pode ser realizado pelo link: https://forms.gle/vL52LsfAdDkmswLz9.

PRÉ-ENEM DIGIT@L MT

O Projeto Pré-Enem Digit@l MT, da Secretaria de Estado de Educaçã (Seduc-MT), passará a integrar, a partir do ano letivo de 2027, a matriz curricular do 3º ano do Ensino Médio da Rede Estadual de Mato Grosso. A medida está prevista na Portaria nº 878/2026, que estabelece diretrizes para a organização de cargos, funções e projetos da Rede Estadual.

Preparação

O projeto tem como objetivo preparar os estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Enem, por meio de ações pedagógicas desenvolvidas nas modalidades presencial e on-line. Com a mudança, a preparação passa a fazer parte do percurso formativo dos estudantes concluintes da Rede Estadual, incorporando as ações de preparação ao planejamento pedagógico do último ano da Educação Básica.

ARTIGO//

O pacote fiscal e o velho atalho do aumento de impostos

O ajuste das contas públicas é urgente, mas cortar incentivos sem reduzir a carga tributária apenas asfixia a indústria e mina a competitividade do país.

O pacote fiscal anunciado recentemente pelo governo federal deve ser compreendido como um primeiro passo na direção de recuperar o superávit primário em 2027. O equilíbrio das contas públicas é condição indispensável para a estabilidade macroeconômica, a queda dos juros e a retomada do investimento produtivo. Contudo, ao analisarmos a estrutura das medidas propostas, fica evidente um diagnóstico preocupante: o plano traz pontos que poderiam ser positivos, mas não serão — e soma a eles medidas francamente negativas para quem produz no Brasil.

Há, de fato, sinalizações na direção correta pelo lado da despesa. A alteração na regra do piso constitucional da saúde, por exemplo, tem o potencial de suavizar a trajetória de crescimento dos gastos obrigatórios, produzindo um impacto positivo no resultado fiscal. Contudo, a sustentabilidade desse esforço dependerá de reformas fiscais estruturais e de medidas permanentes sobre as despesas obrigatórias, capazes de gerar resultados recorrentes e duradouros, em vez de soluções meramente conjunturais.

O grande problema do pacote está na insistência em buscar o ajuste pelo lado da receita, disfarçado de revisão de gastos tributários. A Abimaq sempre defendeu uma avaliação criteriosa dos benefícios fiscais. É saudável e necessário verificar se os incentivos concedidos cumprem seu papel, se as motivações que justificaram sua criação foram alcançadas e se os setores beneficiados entregaram as contrapartidas prometidas. Os benefícios precisam ter suas eficácias revistas e analisadas tecnicamente antes de serem simplesmente cortados.

Mais do que isso: em um país com um sistema tributário disfuncional e oneroso, rever e extinguir benefícios que não se justificam só faz sentido econômico se vier acompanhado de uma redução correspondente da carga tributária geral. O objetivo deve ser aliviar o peso sobre o conjunto dos contribuintes, corrigindo distorções. Cortar benefícios e manter as alíquotas intactas não é reforma nem racionalização — é, na prática, um aumento puro e simples da carga tributária. E isso não é desejável.

Embora a limitação nos gastos tributários possa parecer positiva sob a ótica imediata da arrecadação e das contas públicas, seus efeitos colaterais sobre a economia real são severos. Ao aumentar a carga tributária, acaba encarecendo a produção doméstica sem nenhuma contrapartida de desoneração, o governo pressiona negativamente a competitividade do produto nacional frente ao importado, desestimulando investimentos, reduzindo a geração de empregos qualificados e freando o crescimento econômico.

Como se não bastasse, o pacote avança sobre outro ponto sensível para o setor produtivo ao restringir mecanismos de compensação de créditos fiscais. Na prática, dificultar ou postergar o uso de créditos legítimos acumulados pelas empresas funciona como um empréstimo compulsório e representa mais um agravamento da já altíssima carga fiscal brasileira, drenando o capital de giro da indústria em um momento de custo de capital elevado.

O Brasil não resolverá seu desequilíbrio fiscal asfixiando o setor produtivo. A indústria de máquinas e equipamentos — que está na base de todas as cadeias produtivas e é o motor da modernização tecnológica do país — precisa de previsibilidade, segurança jurídica e isonomia competitiva. O ajuste fiscal é necessário, mas não pode continuar sendo financiado pela perda de competitividade de quem gera riqueza, inovação e emprego no Brasil.

José Velloso é engenheiro mecânico, administrador de empresas e presidente executivo da ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos